

**30. Ratificação do protocolo de colaboração entre o Regimento de Cavalaria n.º 6 e o Município de Braga 2023.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara de que aprovou a celebração do protocolo nos termos do previsto na alínea j) do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a possibilidade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da referida Lei e artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

**Assunto: Protocolo de colaboração entre o Regimento de Cavalaria n.º 6 e o município de Braga 2023**

**PROPOSTA:** Submete-se, para ratificação, a celebração do Protocolo nos termos do previsto na alínea j) do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a possibilidade prevista no n.º 3 do artigo 35º da referida Lei e artigo 164º do Código de Procedimento Administrativo.

**O (a) Chefe de Divisão / Técnico(a)**

---

**Anexos:**

1. Proposta;
2. Protocolo

## **Proposta**

**Assunto:** Protocolo de colaboração entre o Regimento de Cavalaria nº 6 e a Câmara Municipal de Braga, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira - 2023.

### **Considerando que:**

1. A defesa da floresta é uma causa tão nobre e imprescindível à existência humana que pressupõe a intervenção de todos os cidadãos e instituições públicas com as suas potencialidades e meios, tendo em vista a integridade e preservação do meio ambiente.
2. A Lei de Bases da Proteção Civil caracteriza as Forças Armadas como agente de proteção civil e prevê que estas centrem uma parte da sua atividade na consecução de tarefas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.
3. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), vem regular uma melhor otimização e eficiência na prevenção, na vigilância e na deteção dos incêndios florestais, e contempla que “as Forças Armadas, nos termos da lei, colaboram no sistema de vigilância e sensibilização, desempenhando ações de patrulhamento e vigilância ....”, impondo uma articulação de esforços entre todos os intervenientes.
4. A área florestal compreendida entre Pedralva, Sobreposta, União de Freguesias (UF) de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, indubitavelmente é o espaço florestal do concelho de Braga que maior importância apresenta em termos florestais, paisagísticos, culturais, religiosos, turísticos e sobretudo ambientais, e cuja proteção e preservação são consideradas uma imperativa prioridade em termos de defesa da floresta contra incêndios. A comprovar a importância desta área florestal, o conjunto arquitetónico e paisagístico do Bom Jesus do Monte, que integra uma igreja, um escadório onde se desenvolve a Via-Sacra, um Funicular e um espaço florestal com

55 hectares, é considerado “Património Mundial da Humanidade” desde 07 de julho de 2019.

5. A celebração do presente Protocolo tem como objetivo assegurar o aumento da vigilância florestal na área florestal compreendida entre Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, tendencialmente aquele em que o índice de risco espacial de incêndio florestal é maior, por forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de incêndio, colaborando o Exército, ao abrigo das disposições legais em vigor, com a Câmara Municipal de Braga (CMB), na defesa da floresta e, consequentemente, na manutenção das condições de vida das populações locais.

**Face do exposto, propõe-se que a Exma. Sra. Vice-presidente aprove a Minuta do protocolo em anexo e proceda no sentido de propor à Câmara Municipal que delibere:**

Para ratificação, a celebração do Protocolo nos termos do previsto na alínea j) do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a possibilidade prevista no n.º 3 do artigo 35º da referida Lei e artigo 164º do Código de Procedimento Administrativo.

Braga, ---- de ---- 2022.

O Vereador,

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 6 E A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, PARA A VIGILÂNCIA DOS ESPAÇOS FLORESTAIS DE PEDRALVA, SOBREPOSTA, UF DE ESTE, BOM JESUS DO MONTE, SAMEIRO, FALPERRA, SANTA MARTA DAS CORTIÇAS E MORREIRA - 2023.

## 1. Preâmbulo

A **defesa da floresta** é uma causa tão nobre e imprescindível à existência humana que pressupõe a intervenção de todos os cidadãos e instituições públicas com as suas potencialidades e meios, tendo em vista a integridade e preservação do meio ambiente.

A **Lei de Bases da Proteção Civil** caracteriza as Forças Armadas como Agente de Proteção Civil e prevê que estas centrem uma parte da sua atividade na consecução de tarefas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 que aprova o **Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios** (PNDFCI), vem regular uma melhor otimização e eficiência na Prevenção, na Vigilância e na Detecção dos Incêndios Florestais, e contempla que “as **Forças Armadas**, nos termos da lei, colaboram no sistema de vigilância e sensibilização, desempenhando ações de patrulhamento e vigilância ....”, impondo uma articulação de esforços entre todos os intervenientes.

A área florestal compreendida entre **Pedralva, Sobreposta, União de Freguesias (UF) de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira**, indubitavelmente é o Espaço florestal do concelho de Braga que maior importância apresenta em termos florestais, paisagísticos, culturais, religiosos, turísticos e sobretudo ambientais, e cuja proteção e preservação são consideradas uma imperativa prioridade em termos de defesa da floresta contra incêndios. A comprovar a importância desta área florestal, o conjunto arquitetónico e paisagístico do Bom Jesus do Monte, que integra uma igreja, um escadório onde se desenvolve a Via-Sacra, um Funicular e um espaço florestal com 55 hectares, é considerado “**Património Mundial da Humanidade**” desde 07 de julho de 2019.

A celebração do presente Protocolo tem como objetivo assegurar o **aumento da vigilância florestal** na área florestal compreendida entre Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, tendencialmente aquele em que o índice de risco espacial de incêndio florestal é maior, por forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de incêndio, colaborando o Exército, ao abrigo das disposições legais em vigor, com a Câmara Municipal de Braga (CMB), na defesa da floresta e, consequentemente, na manutenção das condições de vida das populações locais.

## 2. Identificação das partes

Assim, entre:

1. O **Regimento de Cavalaria Nº 6 (RC 6)**, como primeiro outorgante, representado neste ato pelo Comandante do Regimento de Cavalaria Nº 6, Coronel de Cavalaria, Jorge Paulo Martins Henriques; e
2. A **Câmara Municipal de Braga (CMB)**, sediada na Praça Municipal, em Braga, como segundo outorgante, representada neste ato pelo Dr. Ricardo Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para outorgar o presente Protocolo; é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

## 3. Parte Dispositiva

### Cláusula 1.ª

#### Objeto

1. O presente Protocolo tem como objeto regular o apoio a prestar pelo RC6 à CMB, enquanto Agente da Proteção Civil, na **vigilância da área florestal** compreendida entre Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, nomeadamente na área definida pelas freguesias de Pedralva, Sobreposta, Espinho, UF de Nogueiró e Tenões, parte da UF de Este (S. Pedro e S. Mamede), UF de Nogueira, Fraião e Lameações, Esporões e parte da UF de Morreira e Trandearas, como ação de prevenção contra incêndios, e particularmente na defesa da floresta e na manutenção das condições de vida das populações locais.
2. A vigilância da área florestal incidirá preferencialmente nas áreas descritas no ponto 1. No entanto, se a situação o exigir, a pedido da CMB e com o acordo do Comandante do RC6, a vigilância poderá ser desviada para outros locais de maior interesse.
3. Entende-se por vigilância o ato ou efeito de observar atentamente sobre um determinado ponto ou área a partir de um mesmo ponto e/ou conjunto de pontos (circuito) dentro de uma área delimitada.
4. A vigilância é efetuada com prioridade nos circuitos definidos, devendo a equipa variar a rotina de circulação.

### Cláusula 2.ª

#### Obrigações do Regimento de Cavalaria nº 6

No âmbito do presente protocolo e durante o período de vigência, o RC6, de acordo com as prioridades do Exército no âmbito do Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército (PAMEEx), compromete-se a efetuar as seguintes atividades:

1. Disponibilizar diariamente uma viatura e dois militares para realizar operações de vigilância por um período de 02 horas, compreendido entre as 08h30 e as 24h00, de

acordo com o calendário a programar e apoiado nos percursos definidos (Anexo A), num máximo de 60 km cada.

2. Efetuar um seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, de acordo com os capitais previstos por lei para estas situações, para as viaturas e militares envolvidos nas operações de vigilância, que cubra os danos resultantes de acidentes com viatura, os acidentes resultantes de deslocamentos apeados e os resultantes de confrontos de que a equipa de vigilância seja alvo.
3. Disponibilizar os meios materiais necessários à observação e à navegação no terreno, como sejam os binóculos, as bússolas e as cartas topográficas.
4. Fornecer a identificação completa dos militares e viaturas envolvidas, com a antecedência suficiente definida pela CMB.
5. Informar o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Braga no início e no fim da execução de cada ação de patrulhamento de vigilância.
6. Manter permanentemente informadas as entidades responsáveis, nomeadamente o CDOS/Braga, a GNR e a CMB, comunicando-lhes, de imediato, qualquer ocorrência digna de registo.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações da Câmara Municipal de Braga**

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito do presente Protocolo, compromete-se a efetuar as seguintes atividades:

1. Suportar os encargos com combustível (ou assegurar o seu fornecimento) necessário às operações de vigilância e aos deslocamentos de pessoal e material entre o RC 6 e os espaços florestais visados.
2. Suportar os encargos com a manutenção ordinária e com reparação das avarias nas viaturas empenhadas, diretamente decorrentes das operações de vigilância, como sejam o rebentamento de pneus, espelhos ou vidros partidos, entre outras.
3. Assegurar ao Exército uma participação nos encargos decorrentes das atividades de vigilância durante o período considerado no ponto 1. da cláusula 2.ª, tendo como referência os valores decorrentes da aplicação das situações referidas no Anexo A ao presente protocolo.
4. Suportar os encargos decorrentes do seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais referido no ponto 2 da cláusula 2.ª do presente Protocolo.
5. Disponibilizar os contactos úteis e necessários que possam ser utilizados pelas equipas de vigilância para o esclarecimento de questões ou situações que surjam, bem como um *check list* com as atribuições solicitadas diariamente aos militares no âmbito das respetivas ações de vigilância.
6. Disponibilizar às Equipas de Vigilância, se necessário, equipamentos portáteis de comunicação via rádio, em complemento dos que possui, com vista a facilitar e garantir em permanência as comunicações de ocorrências de relevo ou de emergência.



#### **Cláusula 4.ª**

##### **Obrigações comuns dos Outorgantes**

Impende aos outorgantes uma obrigação de informação mútua sobre tudo aquilo que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente Protocolo, bem como atuar diligentemente na prossecução dos seus fins.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Encargos Financeiros**

Antes do início das ações de vigilância mencionadas no presente Protocolo, cada um dos outorgantes desenvolverá os mecanismos legais correspondentes, com vista a obter a cabimentação das despesas resultantes para cada uma das partes deste Protocolo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Resolução e Suspensão**

1. O incumprimento, por qualquer um dos outorgantes, de uma das obrigações assumidas ao abrigo do presente Protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo.
2. Em caso de resolução, serão devidos os montantes em dívida à data da sua resolução, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização pelas ações não realizadas.
3. O RC 6 reserva-se ao direito de suspender temporariamente as atividades de vigilância, sem qualquer aviso prévio, caso surjam situações inesperadas de incapacidade de resposta, nomeadamente as motivadas pela limitação de meios humanos ou materiais disponíveis ou por resposta às solicitações operacionais efetuadas pelo Comando do Exército.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Prazo de Vigência**

1. Este Protocolo produz efeitos a 01 de julho até 30 de setembro do corrente ano.
2. A antecipação e/ou prorrogação do período das ações previstas no presente Protocolo, bem como as ações em períodos temporais específicos fora do seu prazo de vigência, poderá ocorrer **por acordo entre ambas as partes**, que se constituirá como **Adenda** a este Protocolo, devendo ser fundamentada pelo 2.º outorgante e comunicada ao 1.º outorgante com uma antecedência mínima de cinco dias úteis.
3. Finda cada época de fogos florestais, deverá ser realizada pelas partes uma avaliação do decurso das ações de vigilância, no sentido de aferir o resultado obtido e a metodologia a aplicar nas ações futuras.



O presente Protocolo é feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar assinado e respetivos anexos.

Assim o outorgaram, em Braga, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023:

O 1º Outorgante:

O 2º Outorgante:

Jorge Paulo Martins Henriques  
Coronel de Cavalaria,

Ricardo Rio  
Presidente da Câmara Municipal,

Anexos:

- A – Tabela de valores de referência a suportar pela entidade apoiada.
- B – Referências geográficas com identificação dos circuitos principais.
- C – Modelo de folha de registo das ações de vigilância efetuadas.
- D – *Check-list* com as atribuições solicitadas diariamente aos militares no âmbito da atividade de vigilância.

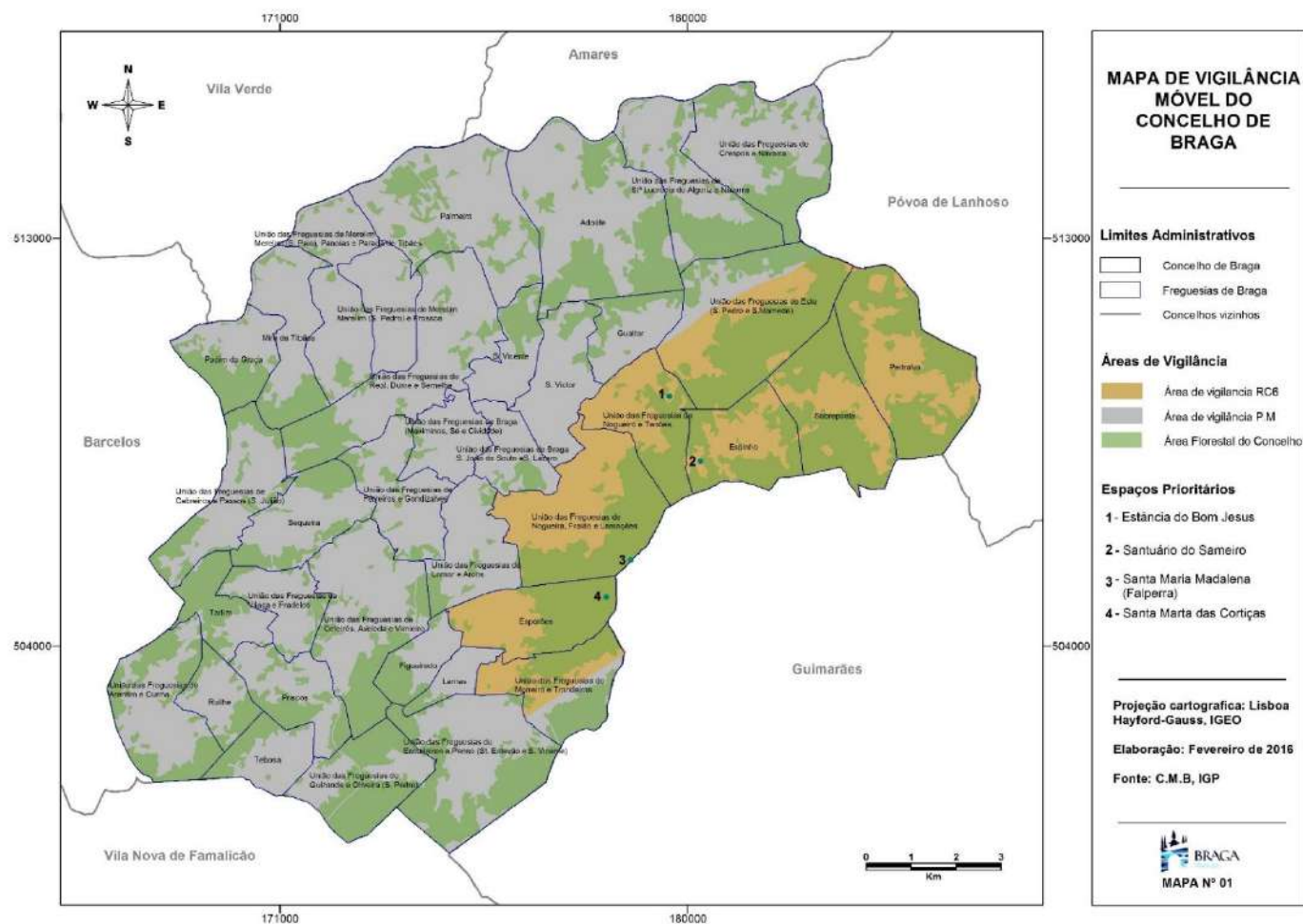
Anexo A (TABELA DE VALORES DE REFERÊNCIA A SUPORTAR PELA ENTIDADE APOIADA) ao Protocolo de Colaboração entre o RC6 e a CMB, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira - 2023

TIPO DE APOIO/COLABORAÇÃO	CUSTO
Compensação de Custos	<p>No âmbito deste protocolo, é considerada uma compensação diária pelo período de patrulhamento, a suportar pela entidade apoiada, no montante de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Praças: 6,25 €;</li> <li>• Sargentos: 6,58 €;</li> <li>• Oficiais: 6,81 €;</li> </ul>
Desgaste de Material Auto (Lubrificantes)	10% do valor encontrado para combustível.

Distribuição: Com o Protocolo de Colaboração entre o RC6 e a CMB, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira – 2023.

Anexo B (REFERÊNCIAS GEOGRÁFICAS COM IDENTIFICAÇÃO DOS CIRCUITOS PRINCIPAIS) ao Protocolo de Colaboração entre o RC6 e a CMB, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira – 2023

1. MAPA









Morreira - 2023

Santa Marta das Cortiças e Morreira – 2023.

Anexo D (*CHECK-LIST* COM AS ATRIBUIÇÕES SOLICITADAS DIARIAMENTE AOS MILITARES NO ÂMBITO DA ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA) ao Protocolo de Colaboração entre o RC6 e a CMB, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira – 2023

**PROCEDIMENTOS:**

1. Início de vigilância – entrada ao serviço efetuando uma chamada, via SIRESP, para o CDOS via EMEIF.
2. Realizar o percurso destinado, com estacionamento nos locais estratégicos de vigilância (assinalados no percurso). Registrar no ponto “D” do relatório diário.
3. Ter especial atenção a:
  - a. Passar por locais de movimento populacional para que se saiba do patrulhamento;
  - b. Não criar rotina nos percursos e horários de passagem nos mesmos locais.
4. Sempre que observarem sinais de fogo, dar o alerta através do rádio SIRESP via EMEIF ou em alternativa para o 117 e registar no ponto “E” do relatório diário.
5. Sempre que observarem algo estranho, registar no ponto “E” do relatório diário. Alguma situação considerada pertinente avisar a PSP ou GNR de imediato, conforme a área de atuação, e, via rádio, informar o CDOS, via EMEIF.
6. Fim de vigilância – antes de terminarem o serviço, efetuar uma chamada, via SIRESP, para o CDOS via EMEIF.
7. O atesto da viatura com combustível, será efetuado no final de cada patrulhamento ao chegar ao RC6.
8. Em relatório do RC6, próprio para o efeito, deve ser registado:
  - a. - Constituição da patrulha;
  - b. - Matricula da viatura;
  - c. - Hora de saída;
  - d. - Hora de chegada;
  - e. - Km percorridos;
  - f. - Litros atestados;
  - g. - Outras considerações tidas por pertinentes.
9. O relatório diário e o relatório do RC6 devem ser elaborados diariamente e logo após a execução da ação.
10. Qualquer problema que surja durante o patrulhamento, reportar de imediato à SOIS/RC6 ou ao Oficial de dia RC6.

Distribuição: Com o Protocolo de Colaboração entre o RC6 e a CMB, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira – 2023.